

FATORES PRIMÁRIOS E CONTEXTUAIS DO MAL-ESTAR NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DAS OSTRAS¹

Jonathan de Oliveira Mendonça²

Resumo

O presente artigo analisa os fatores que constituem o mal-estar docente no contexto da reestruturação produtiva e da hegemonia neoliberal, tendo como lócus empírico a rede municipal de educação de Rio das Ostras (RJ). A pesquisa, de caráter qualitativo, integra o macroprojeto do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE) e mobiliza como fontes primárias o Censo Escolar 2024 e a Enquete Docente, questionário online que obteve 1370 respostas no Estado do Rio de Janeiro, das quais 71 referem-se ao município estudado. A partir da perspectiva marxista, e dialogando com autores como Esteve, Frigotto, Miranda, Dardot e Laval, Han e Safatle, buscou-se compreender como os fatores primários e contextuais do mal-estar docente estão vinculados às transformações estruturais do trabalho no capitalismo contemporâneo. Os resultados evidenciam que a docência vem sofrendo um processo de subsunção proto-real, que reconfigura sua natureza ao reduzir a autonomia pedagógica, intensificar as exigências laborais e promover a desintelectualização da atividade. No plano dos fatores contextuais, destacam-se a degradação da imagem social do professor, a precarização velada da carreira e a emergência de um “professor de novo tipo”, moldado segundo a lógica do sujeito neoliberal. Já no plano dos fatores primários, sobressaem a precariedade das condições de trabalho, a sobrecarga funcional e o adoecimento psíquico decorrente da intensificação das demandas cotidianas, frequentemente agravado por práticas de assédio moral que se consolidam como dispositivo de gestão. Conclui-se que o mal-estar docente não deve ser compreendido como fenômeno individual, mas como expressão estrutural da racionalidade neoliberal que mercantiliza a educação, responsabiliza o professor pelo fracasso escolar e administra o sofrimento. Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de desnaturalizar o adoecimento e compreendê-lo como questão coletiva, vinculada à luta de classes e à disputa pela função social da escola.

Palavras-chaves: Mal-estar docente; Neoliberalismo; Trabalho docente.

FACTORES PRIMARIOS Y CONTEXTUALES DEL MALESTAR EN LA RED MUNICIPAL DE EDUCACIÓN DE RÍO DAS OSTRAS

Resumen

El presente artículo analiza los factores que constituyen el malestar docente en el contexto de la reestructuración productiva y de la hegemonía neoliberal, teniendo como locus empírico la red municipal de educación de Río das Ostras (RJ). La investigación, de carácter cualitativo, forma parte del macroproyecto del Laboratorio de Investigación en Estado, Poder y Educación (LIEPE) y moviliza como fuentes primarias el Censo Escolar 2024 y la Encuesta Docente, cuestionario en línea que obtuvo 1370 respuestas en el Estado de Río de Janeiro, de las cuales 71 corresponden al municipio estudiado. Desde la perspectiva marxista, y en diálogo con autores como Esteve, Frigotto, Miranda, Dardot y Laval, Han y Safatle, se buscó comprender cómo los factores primarios y contextuales del malestar docente están vinculados a las transformaciones estructurales del trabajo en el capitalismo contemporáneo. Los resultados evidencian que la docencia viene sufriendo un proceso de subsunción proto-real, que reconfigura su naturaleza al reducir la autonomía pedagógica, intensificar las exigencias laborales y promover la desintelectualización de la actividad. En el plano de los factores contextuales, se destacan la degradación de la imagen social del profesor, la precarización velada de la carrera y la emergencia de un “profesor de nuevo tipo”, moldeado según la lógica del sujeto neoliberal. En el plano de los factores

¹ Artigo recebido em 04/10/2025. Avaliação em 22/10/2025. Aprovado em 18/11/2025. Publicado em 20/01/2026.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (UFRRJ). jonathanmendoncanf@gmail.com

primarios, sobressalen la precariedad de las condiciones de trabajo, la sobrecarga funcional y el padecimiento psíquico derivado de la intensificación de las demandas cotidianas, frecuentemente agravado por prácticas de acoso laboral que se consolidan como dispositivo de gestión. Se concluye que el malestar docente no debe ser comprendido como un fenómeno individual, sino como expresión estructural de la racionalidad neoliberal que mercantiliza la educación, responsabiliza al profesor por el fracaso escolar y administra el sufrimiento. En este sentido, se reafirma la necesidad de desnaturalizar el padecimiento y comprenderlo como una cuestión colectiva, vinculada a la lucha de clases y a la disputa por la función social de la escuela.

Palabras clave: Malestar docente; Neoliberalismo; Trabajo docente.

PRIMARY AND CONTEXTUAL FACTORS OF TEACHER MALAISE IN THE MUNICIPAL EDUCATION SYSTEM OF RIO DAS OSTRAS

Abstract

This article analyzes the factors that constitute teacher malaise in the context of productive restructuring and neoliberal hegemony, taking as its empirical locus the municipal education system of Rio das Ostras (RJ). This qualitative research is part of the broader project developed by the Laboratory of Investigation on State, Power, and Education (LIEPE) and mobilizes as primary sources the 2024 School Census and the *Teacher Survey*, an online questionnaire that gathered 1,370 responses across the state of Rio de Janeiro, 71 of which correspond to the municipality under study. Grounded in a Marxist perspective and in dialogue with authors such as Esteve, Frigotto, Miranda, Dardot and Laval, Han, and Safatle, the research seeks to understand how the primary and contextual factors of teacher malaise are linked to the structural transformations of work in contemporary capitalism. The findings reveal that teaching has been undergoing a process of proto-real subsumption, which reconfigures its nature by reducing pedagogical autonomy, intensifying labor demands, and fostering the de-intellectualization of the profession. At the level of contextual factors, notable elements include the degradation of the teacher's social image, the veiled precarization of the career, and the emergence of a "new type of teacher," shaped according to the logic of the neoliberal subject. At the level of primary factors, the precariousness of working conditions, functional overload, and the psychic distress arising from the intensification of daily demands stand out, frequently exacerbated by practices of institutionalized moral harassment that consolidate as management devices. The article concludes that teacher malaise should not be understood as an individual phenomenon, but rather as a structural expression of neoliberal rationality that commodifies education, shifts responsibility for school failure onto teachers, and administers suffering as a mechanism of governance. In this sense, it reaffirms the need to denaturalize teacher illness and to approach it as a collective issue, intrinsically linked to class struggle and the dispute over the social function of the school.

Keywords: Teacher malaise; Neoliberalism; Teachers' work.

INTRODUÇÃO. A Metamorfose do trabalho e do sofrimento docente: um drama kafkiano

A imagem escolhida por Esteve para iniciar o seu livro *O Mal-Estar Docente: a Sala de Aula e a Saúde dos Professores*, publicado pela primeira vez em 1987, em que discute a situação do professor na Espanha, é a de um ator em cima do palco, recitando um monólogo de *A vida é Sonho*, representando o personagem Segismundo, príncipe da Polônia. No entanto, rapidamente, durante a representação, os funcionários do teatro vão alterando o cenário, mexendo na luz, enquanto o ator segue seu roteiro. A plateia constrange-se e ri da situação. O ator não sabe se prossegue o texto ou se para. Na metáfora, o professor é o ator que vê todo o cenário de sua profissão mudando ao seu redor, ao mesmo tempo em que a exerce. Sem saber se segue o tom grandiloquente da obra, solicitando que a plateia silencie os

cochichos, se ignora as mudanças e segue exercendo sua docência, afinal, as mudanças não são de sua responsabilidade.

Ainda que a metáfora do ator no palco seja eficaz para descrever a crise do contexto em que a docência se realiza, o aprofundamento desta mudança ocorrida nas últimas décadas, obriga a buscar outra imagem capaz de capturar a profundidade da crise contemporânea. O drama do professor não reside apenas na alteração do cenário, de seu ambiente externo, mas em uma crise de identidade, caracterizada pela mudança da natureza da profissão docente imposta pela reestruturação produtiva. Esta metamorfose, assemelha-se ao drama kafkiano de Gregor Samsa, o caixeiro-viajante que acorda transformado em um inseto. O professor passa a ser visto e a se ver como um ser passível de descarte. O que torna a profissão desinteressante para as novas gerações e que se revela em um processo de envelhecimento da categoria docente.

A mudança na natureza docente, vinculada à degeneração do papel e da imagem do professor perante a sociedade, tem sido impulsionada pela classe dominante através de seus Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), que se esforçam para minar a autonomia de sua atividade intelectual, reconfigurando-o de agente reflexivo para mero executor. Assim, a mudança de cenário em que o magistério é exercido não ocorre de maneira periférica, conjuntural, tratam-se de alterações que reconfiguram o sentido da profissão, gerando sofrimento e mal-estar, cujos sintomas multiplicam-se no âmbito do sofrimento mental: depressão, ansiedade, insônia e estresse são apenas alguns destes sintomas frequentemente apresentados pelos profissionais docentes. Do mesmo modo, verifica-se o uso generalizado de medicamentos e a realização de terapias, como algumas das formas de lidar com os sintomas do mal-estar.

É neste contexto que o presente trabalho busca identificar os fatores do mal-estar docente, como parte de uma investigação de caráter qualitativo desenvolvida no âmbito do mestrado em educação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e como parte de um macroprojeto desenvolvido pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE). As fontes primárias são o Censo Escolar 2024 e a Enquete Docente, um questionário online realizado pelo LIEPE e que ouviu 1370 professores no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, o *lócus* da pesquisa empírica é a rede municipal de educação de Rio das Ostras (RJ), com um total de 71 professores respondentes. Embora o corpus da pesquisa esteja circunscrito a esta realidade específica, a análise busca dialogar com os fatores estruturais do mal-estar docente, refletindo as transformações mais amplas na profissão e no trabalho em

geral, transcendendo o contexto municipal e dialogando com diversas outras pesquisas realizadas concomitantemente na área, que abrangem outras redes de ensino.

A partir das abordagens de Esteve (1999), que apresenta dois grupos de fatores do mal-estar docente: os fatores primários e os secundários, busca-se identificar como, por um lado, as condições imediatas do fazer pedagógico e, por outro, as condições contextuais da profissão concorrem para gerar este sofrimento. Neste segundo ponto, parte-se da hipótese de que a perda da autonomia e a sobrecarga do professor fazem parte de um processo em curso de mudança denominada de subsunção proto-real (Miranda, 2017) do trabalho docente que se alinha às mudanças estruturais ocorridas no mundo a partir da década de 1970 e no Brasil, principalmente a partir da década de 1990.

Assim, a crise do modo de produção taylorista-fordista e a ascensão do neoliberalismo como o modelo de desenvolvimento do sistema capitalista a partir dos anos 1970, hegemonizado-se principalmente a partir da década de 1990 reconfigurou não apenas a economia, mas as relações sociais e as formas de subjetividade. Safatle (2021) demonstra que o neoliberalismo configurou-se em uma engenharia social que busca moldar o indivíduo segundo a lógica da economia, de modo que todas as relações humanas passam a ser paulatinamente pautadas pela ética empresarial e o sujeito se sente como uma empresa.

Safatle ensina que o projeto neoliberal não intenta eliminar o sofrimento, ao contrário, ele o produz e o administra. Assim, o sofrimento transforma-se em capital na medida em que o fracasso, antes visto como resultado de problemas sociais, como desigualdade ou desemprego, é deslocado para a esfera de responsabilidade do indivíduo. Nessa nova lógica, o fracasso não é mais uma falha estrutural, mas sim uma falha moral do próprio sujeito. A pessoa que sofre ou não alcança o que é designado como sucesso é vista como incapaz de se "reinventar" ou de investir o suficiente em seu próprio "capital humano". Essa internalização da culpa força o indivíduo a se engajar em um ciclo de produtividade incessante, tornando-se o que Han (2015) descreve como sujeito de desempenho que já não precisa de uma figura coercitiva externa, ele torna-se parte do sistema que o oprime.

O impacto dessa racionalidade neoliberal sobre o ofício docente materializa a crise da profissão. O professor, confrontado com a exigência de ser um "sujeito de desempenho" (Han, 2015), é forçado a internalizar a lógica da autoexploração: deve ser flexível, multitarefas e responsável por resultados que ultrapassam a sua esfera de controle. Quando o fracasso pedagógico é lido como uma falha moral individual, o docente é lançado em um ciclo de sofrimento e culpabilização que se expressa no **mal-estar docente**. O presente artigo, ao

identificar os fatores primários e contextuais desse sofrimento na rede municipal de Rio das Ostras, busca, em última instância, desnaturalizar a dor e reafirmar o caráter estrutural e coletivo da crise.

A Escola como Espaço de Disputa e a Ascensão da Pedagogia de Mercado

A instituição escolar não pode ser compreendida como um aparato alheio às transformações estruturais do modo de produção capitalista. Historicamente, a escola constituiu-se como um campo de intensa disputa de projetos sociais e políticos, sendo sua expansão impulsionada, de um lado, pela necessidade burguesa de formar mão de obra qualificada e, de outro, pelas lutas sociais que reivindicavam a universalização dos direitos.

No contexto brasileiro, a disputa pela hegemonia pedagógica marcou o século XX. Enquanto nas primeiras décadas o embate se dava entre as perspectivas liberais dos "pioneiros" e os setores conservadores da igreja católica (Shiroma, Evangelista e Moraes, 2011), forças políticas ligadas à classe trabalhadora, a partir de meados do século, formularam propostas de educação inspiradas por teorias críticas. Esses movimentos, que culminaram na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade e na consolidação de direitos na Constituição de 1988, demonstraram o potencial da escola também como instrumento de transformação social.

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, a classe dominante empreendeu uma estratégia para reconfigurar a escola em consonância com a reestruturação produtiva e a ascensão do neoliberalismo. Com o fim da ditadura militar e a necessidade de novas formas de dominação, a estratégia hegemônica foi, simultaneamente, precarizar a infraestrutura da escola e responsabilizar o professor pelo seu fracasso (Santos, 2012). Essa campanha de desvalorização profissional abriu caminho para a introdução do novo tecnicismo, da meritocracia e do gerencialismo.

Nesse novo contexto, as mudanças na educação visam moldar um novo perfil de sujeito, flexível e elástico, apto a funcionar como uma "empresa de si mesmo" (Dardot e Laval, 2016). A escola passa, então, a operar sob essa racionalidade neoliberal. Santos (2012) cunha o termo "Pedagogia de Mercado" para designar a concepção que submete integralmente todas as relações do âmbito escolar à lógica empresarial. O produtivismo, inserido por meio de rankings e avaliações centralizadas, transforma a gestão, os conteúdos e a própria avaliação dos resultados, mercantilizando o processo pedagógico.

Os profissionais docentes são submetidos a esta racionalização crescente, enfrentando a inserção de mecanismos de meritocracia na carreira e a convivência com a desqualificação social. O professor passa a ser visto como incompetente, enquanto a direção escolar perde o caráter pedagógico, adotando um perfil de gestão empresarial centrado em um vocabulário de técnica e eficiência. Tais transformações sinalizam a subordinação da prática docente à lógica do capital, intensificando o mal-estar profissional.

A Natureza Sócio-histórica do Trabalho Docente e as Mediações do Capital

O trabalho, na perspectiva marxiana, é a atividade primordial que distingue o ser humano dos outros animais, sendo o processo por meio do qual o indivíduo "medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza" (Marx, 2013, p. 327). A capacidade humana de planejar e projetar mentalmente o objeto do trabalho antes de executá-lo diferencia essa atividade, que também se estabelece como o "elemento primordial na constituição de uma sociedade", responsável por propiciar a sociabilidade (Borges, 2020, p. 26). Historicamente, nas sociedades antigas, a relação entre educação e trabalho era orgânica. Contudo, com o desenvolvimento da propriedade privada, o saber foi expropriado dos trabalhadores, resultando na separação entre o processo produtivo e a instauração da escola como instituição responsável por transmitir o conhecimento socialmente acumulado. Neste novo contexto, a escola cumpre uma dupla função: por um lado, na ótica da classe dominante, serve à formação de quadros intelectuais e à docilização da massa (dualidade escolar); por outro, apresenta-se à classe trabalhadora como um campo de disputa em busca de projetos contra-hegemônicos.

Ao questionar o papel da escola na sociedade capitalista contemporânea, diversos estudos analisam a especificidade do trabalho docente à luz das categorias marxianas de trabalho produtivo e improdutivo (Borges, 2020; Frigotto, 2006; Miranda 2017). Assim, Frigotto critica a tendência hoje hegemônica que compreende a educação como potencializadora do trabalho, alinhada à Teoria do Capital Humano (TCH). Tal concepção defende que a educação é um capital capaz de gerar riqueza, diminuir desigualdades e melhorar o desempenho individual. Com a reformulação dessa teoria a partir dos anos 2000, e impulsionada por organismos como o Banco Mundial e organizações nacionais como a Fundação Lemann e o Todos Pela Educação (Lamosa, 2020; Cavalcanti, 2020), a educação passou a focar na modelagem do comportamento e no desenvolvimento de competências. A premissa implícita é a de que a escola deve atuar como modeladora do comportamento do trabalhador, convencendo-o de que o sucesso ou o fracasso reside em sua capacidade

individual de se “reinventar”, mascarando, contudo, o fato de que a expansão da escolaridade convive paradoxalmente com a crescente concentração de riqueza e a diminuição da demanda por trabalho vivo (Miranda, 2017).

Apesar de reconhecer a relevância de se discutir se o trabalho docente (especialmente na esfera pública) é produtivo (contribui para a extração de mais-valia) ou improdutivo (socialmente necessário, mas não produtor direto de valor), a análise de Frigotto (2006) sobre o vínculo entre produção e educação é a que o define como mediato (Frigotto, 2006). Ele argumenta que a escola pública não está diretamente e imediatamente na base da estrutura econômico-social, nem no embate fundamental do conflito capital-trabalho; sua função, no entanto, é a de responder às "condições gerais da produção capitalista" e atuar como palco da mediação de interesses antagônicos. O caráter mediato não a exime de ser absorvida pela lógica neoliberal, reforçando-se como instituição capaz de formar os trabalhadores diante das novas exigências da reestruturação produtiva.

A natureza deste trabalho assalariado tem se complexificado ao caminhar em direção a um processo de reestruturação do aparelho estatal, que adota o modelo gerencial comum à iniciativa privada (Miranda, 2017). Tal reestruturação se manifesta na intensificação das exigências, na flexibilização das condições e na crescente padronização das práticas pedagógicas, impactando diretamente o mal-estar profissional.

Outra característica crucial do magistério é a sua imaterialidade (Miranda, 2017), pois seu produto não é uma mercadoria física, mas a transmissão de conhecimentos, habilidades e valores. Essa imaterialidade, que depende da subjetividade e da capacidade criativa, é paradoxalmente tensionada pela lógica neoliberal. Em contextos de Educação à Distância (EAD) e videoaulas, por exemplo, o conteúdo pode ser descolado da interação pedagógica e veiculado como mercadoria autônoma, aproximando-o do tipo de produção imaterial que resulta em bens que adquirem forma autônoma (Borges, 2020; Miranda, 2017). Embora o trabalho imaterial preserve um grau de autonomia, o capital busca padronizá-lo e controlá-lo.

Da mesma forma, o trabalho docente, predominantemente intelectual, sofre um processo crescente de desintelectualização. Impulsionado pela racionalidade gerencial, o capital fragmenta, automatiza e controla o fazer pedagógico, reduzindo a autonomia e esvaziando a dimensão reflexiva da docência. Esta reconfiguração da natureza do trabalho docente está profundamente implicada na luta de classes: enquanto os setores hegemônicos buscam a conformação de um professor multitarefas, expropriado do controle de seu trabalho

e com o componente intelectual reduzido para manutenção do consenso ideológico, os setores subalternos lutam pela construção de um professor politicamente engajado.

A perspectiva do trabalhador coletivo, defendida por Frigotto (2006), permite reconhecer que a função docente é indispensável para a reprodução ideológica e material da sociedade. Desse modo, as transformações na natureza do trabalho docente são resultados de projetos deliberados, organizados e conduzidos por forças sociais que, no interior do Estado Ampliado e por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), buscam adaptar psicofisicamente os trabalhadores ao modo de vida que melhor se coadune com o neoliberalismo. Assim, a necessidade de reconfigurar a escola para formar o novo "sujeito neoliberal" gera mudanças significativas na própria estrutura da profissão docente.

A Conformação do Sujeito Neoliberal e o Professor de Novo Tipo

As transformações estruturais do capitalismo, impulsionadas pela hegemonia do neoliberalismo, exigiram a conformação de um sujeito correlato. Para Dardot e Laval (2016), o homem calculador e produtivo do capitalismo moderno já não atende às novas exigências; o novo indivíduo deve ser racionalizado tendo como referência o funcionamento de uma empresa, sendo denominado de sujeito neoliberal. Este sujeito não é mais guiado primariamente pela coerção externa, mas por um complexo controle ideológico: ele acredita governar a si mesmo, mas, na realidade, internaliza a ideologia que o faz perceber-se como um "empresário de si mesmo", assumindo integralmente os riscos e as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso de seu próprio trabalho. Essa racionalidade empresarial se estende a todas as esferas da vida social, desde a relação salarial (vista como um “contrato entre empresas”) até a organização dos serviços públicos, subordinando-os a uma ética de eficiência, produtivismo e resultados. A remoção das proteções trabalhistas e a atribuição da responsabilidade pela formação permanente e pelos recursos de trabalho ao indivíduo (Dardot e Laval, 2016) reforçam a retórica neoliberal de flexibilidade e empreendedorismo, que opera como recobrimento semântico da ideologia dominante.

Nesse contexto, a escola é progressivamente reorganizada para cumprir uma função central na conformação dessa nova subjetividade. A instituição se torna a "fábrica do sujeito neoliberal" (Dardot e Laval, 2016), articulando os interesses do capital e as políticas públicas para forjar um indivíduo mais adaptável, vulnerável à precarização e menos propenso à organização coletiva. Consequentemente, a reconfiguração da escola pressupõe a existência de um professor de novo tipo.

A formação desse novo profissional obedece a lineamentos estabelecidos por agências multilaterais, que buscam produzir um docente instrumentalizado com objetivos assemelhados globalmente (Evangelista e Shiroma, 2007). No discurso dessas agências, o docente é duplamente construído: como "professor obstáculo" (devido à sua capacidade de organização sindical) e como "professor protagonista" ou instrumento (o executor das reformas).

A adoção da administração gerencial do Estado e da Educação impõe a visão de que a educação não é um direito, mas um serviço, adotando a gramática empresarial de otimização, padronização e resultados. Essa lógica se manifesta na "pedagogia de resultados" (Santos, 2012), que impõe vigilância rígida sobre o trabalho docente, descaracterizando-o e reduzindo-o a uma dimensão de execução distanciada da concepção pedagógica.

Análises como as de Evangelista e Triches (2012) identificam, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCNP), um processo de “reconversão docente”. Este processo alarga o conceito de docência, conferindo ao professor uma infinidade de responsabilidades relacionadas à gestão, inovação e avaliação, que o configuram como um "Superprofessor". Esse profissional multitarefado corresponde à subjetividade moldada pela lógica neoliberal, sendo, ao mesmo tempo, objeto da reforma (pois seu papel é modificado) e instrumento da reforma (pois é por meio dele que ela é executada) (Evangelista e Triches, 2012).

Embora a reconversão docente e o surgimento do "superprofessor" (Evangelista e Triches, 2012) ajudem a descrever a multiplicação de funções e as novas exigências de gestão impostas ao docente, o fenômeno mais profundo e estrutural que explica a crise da autonomia é a subsunção proto-real do trabalho docente (Miranda, 2017). Esta subsunção se reflete na intensificação e sobrecarga do trabalho, que é progressivamente esvaziado de seu componente intelectual e criativo. Isso se manifesta no aumento de tarefas administrativas, na padronização das práticas pedagógicas (cujo centro passa a ser preparar o aluno para avaliações externas), e na diminuição progressiva da autonomia. Tais mudanças são institucionalizadas por documentos normativos, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, que segundo Zafalão (2021) privilegiou o mérito, a formação e a avaliação de desempenho nas carreiras docentes, consolidando a adoção de uma perspectiva gerencialista.

O Assédio Moral como Dispositivo Estrutural de Gestão Neoliberal

Antunes e Praun (2015) demonstram que o modelo de acumulação flexível e a reestruturação produtiva intensificam o ritmo, exigem polivalência e impõem metas inatingíveis, criando um ambiente propício ao sofrimento e ao adoecimento psíquico, com o surgimento de novas patologias e acidentes de trabalho.

Nesse cenário, o assédio moral não é visto como um desvio ético pontual, mas como um instrumento funcional à lógica do capital, sendo parte constituinte de uma engrenagem que opera sob a permanente ameaça de substituição e fracasso (Antunes; Praun, 2015). A gestão neoliberal, mesmo em instituições públicas, exige um trabalhador flexível e multitarefa, e o assédio opera como um dispositivo de coerção e consenso.

A violência laboral, frequentemente exercida por superiores hierárquicos (Guarany, Nascimento e Abreu, 2023), tem a função de desarticular a solidariedade coletiva. O ataque ao trabalhador individual visa educar o coletivo pelo medo, convertendo a violência estrutural em conflito pessoal. Na ausência do laço coletivo e no isolamento da vítima, a lógica da culpabilização individual se aprofunda, dificultando a resistência e a organização sindical (Guarany, 2019).

Dessa forma, o assédio moral e o quadro de adoecimento psíquico que ele intensifica são elementos inerentes a um modelo de gestão baseado em metas, que instrumentaliza a subjetividade e banaliza o sofrimento. Essa racionalidade que educa para a destruição e introjeta a responsabilidade no indivíduo é o que Santos (2012) denomina de “pedagogia da morte”. Tal conceito, que se sustenta inclusive na correlação estatisticamente relevante entre o ambiente de trabalho e a ocorrência de suicídios, sintetiza a lógica estrutural que busca despolitizar o sofrimento e, assim, manter a hegemonia do sistema em voga.

Análise dos Fatores Contextuais do Mal-Estar Docente: Da Crise de Identidade à Subsunção do Trabalho

O mal-estar docente e o adoecimento dos profissionais da educação têm se tornado um campo central de investigação, buscando compreender a complexidade das determinações desse fenômeno. A relevância do tema é atestada por estudos como o de Nascimento e Seixas (2020), que analisaram artigos da última década e identificaram a prevalência de sinais de sofrimento psíquico, como depressão, ansiedade, alto nível de estresse e Síndrome de *Burnout*. Os principais fatores causais apontados são as condições objetivas de trabalho, incluindo infraestrutura inadequada, número excessivo de turmas e sobrecarga laboral.

Esteve (1999) divide os fatores do mal-estar docente em Primários (ligados diretamente à prática docente) e Secundários ou Contextuais (relacionados ao contexto mais amplo da profissão). A sistematização de Esteve (1999) sobre os fatores contextuais—que incluem o papel do professor diante de outros agentes de socialização, as contradições da função docente, a modificação do apoio social e a imagem social da profissão—revela-se ainda mais urgente no contexto contemporâneo. No final do século XX, a escola já acumulava responsabilidades tradicionalmente pertencentes à família e ao meio social. Contudo, essa tendência se intensificou dramaticamente com a popularização da internet, que fragmentou o monopólio do conhecimento e introduziu novos e desregulados agentes de socialização (como *influencers* e *youtubers*).

O professor não só divide a função de transmissão do conhecimento, como também enfrenta uma contestação crescente de sua autoridade, muitas vezes instrumentalizada por grupos ideológicos que buscam deslegitimar a ciência e a escola pública.

Essa crise de identidade é a expressão da contradição central da docência atual: a subsunção proto-real do trabalho docente (Miranda, 2017). Embora o professor não se transforme em um operário, ele é progressivamente expropriado do controle sobre seu processo de trabalho. A imposição de currículos padronizados, a multiplicação de tarefas administrativas e as avaliações externas reduzem a função docente à de um mero executor, esvaziando a criticidade e a dimensão intelectual e criativa de sua atividade. A perda de autonomia e o sentimento de impotência gerado por essa subsunção são a base material para o aprofundamento do mal-estar.

A Precarização da Carreira e a Sobrecarga Funcional

No nível municipal, essa subsunção se manifesta concretamente na redefinição de funções docentes, para as quais têm sido criados cargos novos. Em Rio das Ostras, funções que antes eram de responsabilidade de professores (como segundo professor em sala na educação infantil e o apoio à inclusão) foram substituídas por cargos com exigência de formação em nível médio (sem a obrigatoriedade de formação pedagógica), com salários inferiores e carga-horárias maiores, sem direito a tempo para planejamento, como os de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) e Auxiliar Educacional (AE).

Este movimento, ao mesmo tempo em que reduz os custos laborais, centraliza responsabilidades no professor regente, que se sobrecarrega com funções pedagógicas antes compartilhadas. Esse esvaziamento da função docente e a criação de cargos não

regulamentados no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) municipal deixam lacunas que potencializam a sobrecarga e a violência laboral, uma vez que muitas direções acabam pressionando esses profissionais a cumprirem tarefas para as quais não estão formalmente preparados ou para as quais não são devidamente remunerados.

A modificação do apoio do contexto social e a degradação da imagem do professor são fatores contextuais que se intensificaram no Brasil. O professor passou a ser responsabilizado por falhas da família e da sociedade, sendo socialmente desvalorizado em uma cultura que atrela *status* unicamente ao nível de renda.

No início do século XXI, essa desvalorização assumiu uma face agressiva. O ataque à ciência, impulsionado por movimentos de extrema direita e aparelhos privados de hegemonia (APHs), como o Escola Sem Partido, elevou o professor à categoria de "inimigo público" ou "doutrinador". Colombo (2018) e Santos (2012) denunciam que essa degradação da imagem é uma estratégia deliberada para esvaziar a autonomia pedagógica, facilitando a imposição de um modelo de ensino tecnicista alinhado à lógica do capital.

A conjugação desses fatores tem consequências diretas na permanência dos profissionais na carreira. A Enquete Docente em Rio das Ostras (2025) revelou que grande parte dos docentes já deseja ou não descarta a possibilidade de abandonar a profissão, de 57 professores que responderam a essa questão, 20 declararam intenção de deixar o magistério e outros 10 demonstraram-se indecisos, contra 27 que informaram não ter esse desejo. É um dado alarmante que atesta o impacto do mal-estar nas trajetórias laborais.

Mendonça, Lamosa e Melo (2025), ao analisarem o corpo docente de Rio das Ostras, caracterizam-no como hegemonicamente feminino (75,2%) e extremamente envelhecido. Essa tendência de envelhecimento corrobora com o que diz Zafalão (2023) sobre a rede estadual de São Paulo, sugerindo uma evasão de jovens profissionais em busca de carreiras menos precarizadas. O panorama sobre a rede municipal de Rio das Ostras, ainda apresenta que embora a forma de contratação seja majoritariamente efetiva (99,3%), esse dado encobre a existência de precarização velada: o uso de horas extras para regência de turmas como forma de recomposição de um salário defasado, funciona como uma estratégia de intensificação e sobrecarga do trabalho, sem a devida remuneração pelas atividades acessórias, como planejamento e correção.

A dimensão do controle formal se manifesta na estrutura do PCCV e do Estatuto dos Servidores. Esses documentos instituem a meritocracia como eixo central da gestão, condicionando a progressão na carreira à avaliação de desempenho. Ao atrelar a ascensão a

critérios subjetivos como "Idoneidade Moral" e "Eficiência" (Rio das Ostras, 2019, p. 7), a administração institucionaliza um mecanismo de controle que potencializa a violência laboral e a perseguição política. Esse dispositivo disciplinador modela o profissional na figura do "Superprofessor" (Evangelista e Triches, 2012) e reforça a lógica do "sujeito de desempenho" (Han, 2015), que se vê obrigado a autoexplorar-se sob a constante ameaça da avaliação negativa.

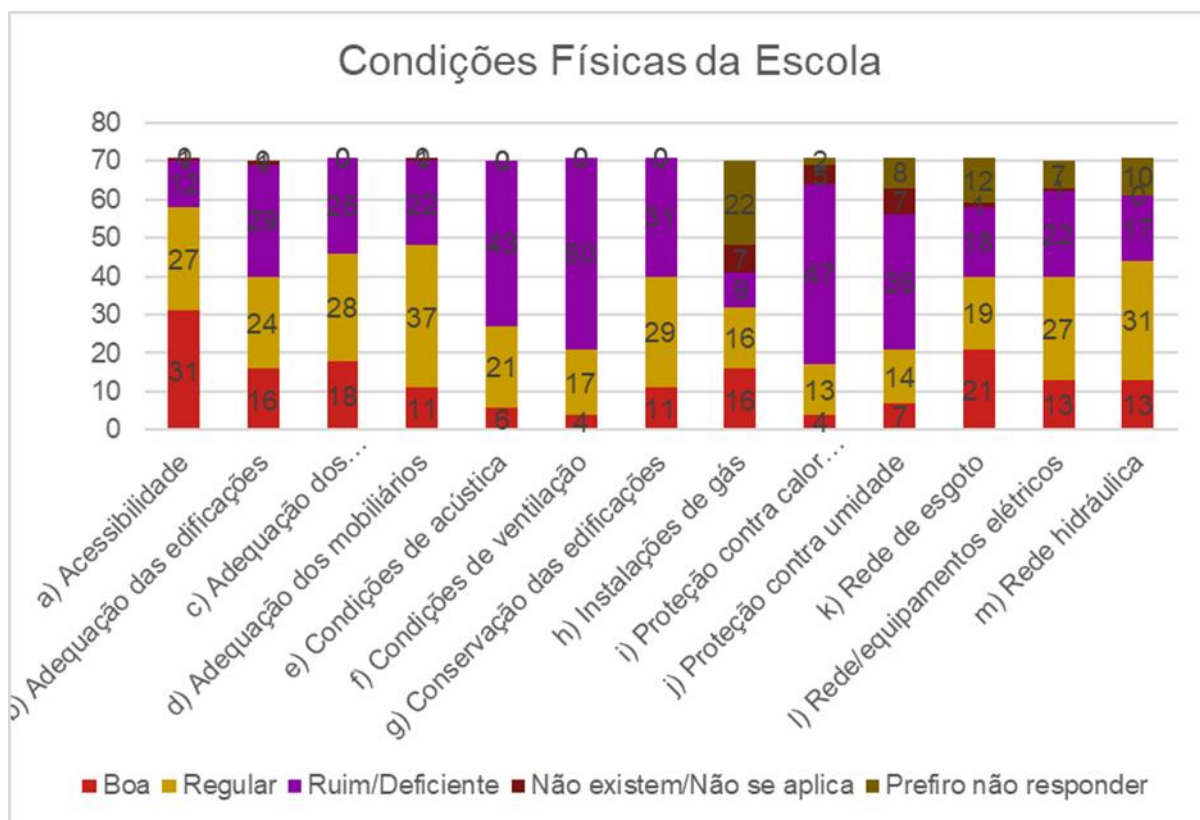
Análise dos Fatores Primários do Mal-Estar Docente: O Adoecimento no Cotidiano do Ensino

Os fatores primários são aqueles que incidem no exercício da docência propriamente dita, no momento da interação dialética entre professor e aluno. Estes elementos, frequentemente ignorados por observadores externos, compõem a singularidade e a complexidade de cada aula. Desde a temperatura da sala e a qualidade do mobiliário até o comportamento dos alunos e a dinâmica com outros profissionais. É a partir do desgaste acumulado nessas interações imediatas que o sofrimento se materializa.

Esteve (1999) organiza os fatores primários em três eixos centrais: (i) recursos materiais e condições de trabalho; (ii) violência nas instituições escolares; e (iii) o esgotamento docente e a acumulação de exigências. A análise dos dados de Rio das Ostras da Enquete Docente confirma a pertinência dessa categorização, demonstrando que a precariedade infraestrutural e a intensificação do trabalho são vetores de adoecimento.

A Precariedade Infraestrutural e as Condições Imediatas de Trabalho

Gráfico 1 - Condições físicas das escolas da rede municipal de Rio das Ostras



Fonte: Enquete Docente. Elaborado pelo autor.

É possível observar que 67,7% dos docentes (50 de 71) classificaram a ventilação como "Ruim/Deficiente", e 63% (47 de 71) apontaram o mesmo para a proteção contra calor excessivo. Da mesma forma, 56,9% (43 de 71) criticaram as condições acústicas.

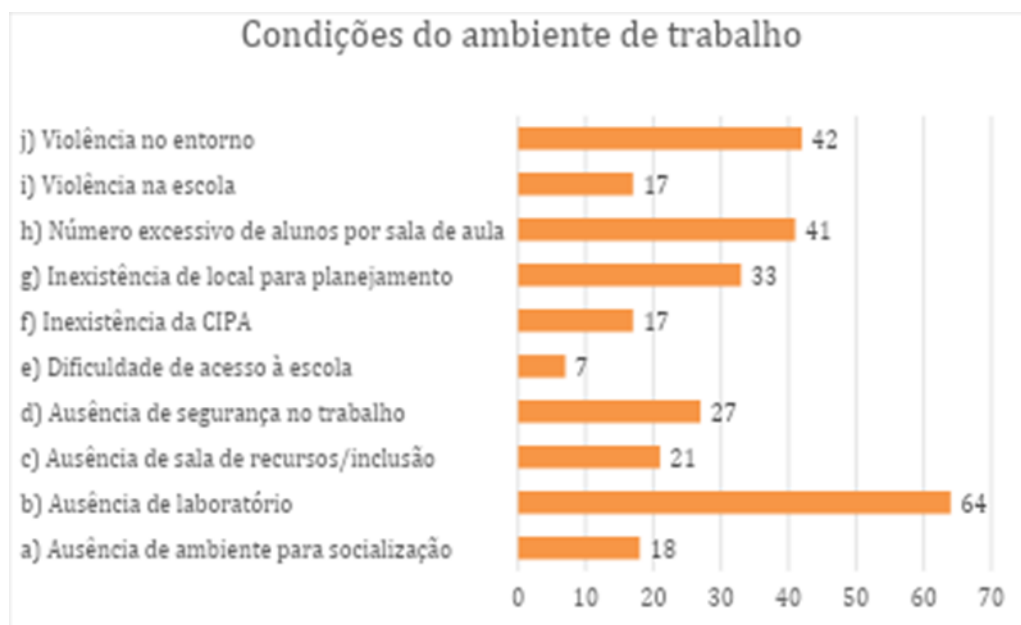
A análise da infraestrutura escolar se completa com a percepção de carência de espaços de apoio. A Enquete Docente aponta que a ausência de laboratório, de local para planejamento e de ambiente de socialização também foram indicadas como causadoras de mal-estar. A falta de ambientes externos à sala de aula, como laboratórios e bibliotecas, limita as possibilidades pedagógicas, sobrecarrega o professor e concentra a prática docente apenas na sala de aula. Soma-se a isso a questão da superlotação, reiterada na enquete e denunciada pela categoria. O número excessivo de alunos por turma intensifica o desgaste físico e emocional, dificultando o atendimento às necessidades individuais de aprendizagem e intensificando o mal-estar.

Violência no Entorno e o Clima de Insegurança Escolar

Embora a violência física direta dentro da sala de aula seja, estatisticamente, menos frequente, Esteve (1999) destaca o caráter multiplicador da violência nas instituições

escolares. A mera exposição, mesmo que indireta, a incidentes violentos gera um clima de intranquilidade e insegurança generalizada que afeta a saúde mental de todos os profissionais.

Gráfico 2 - Condições do ambiente de trabalho



Fonte: Enquete Docente. Elaborado pelo autor.

Os dados de Rio das Ostras validam essa tese. Enquanto 17 respondentes apontaram a violência dentro da escola como uma das “Situações que impactam na sua saúde enquanto docente, este número sobe para 42 no quesito “violência no entorno” e alcança 27 no quesito “ausência de segurança no trabalho” (Gráfico 2).

O relato de um incidente de ameaça por indivíduo com arma branca na E. M. Senhorinha Gomes de Oliveira, por exemplo, ilustra como um único evento pode gerar um “clima de terror e pânico” na comunidade escolar (Servidores da E. M. Senhorinha Gomes de Oliveira, 2025). Essa sensação de vulnerabilidade e o estado de alerta constante, potencializados pela violência urbana, tornam-se um fator primário do mal-estar, comprometendo a capacidade de concentração e a satisfação na prática docente.

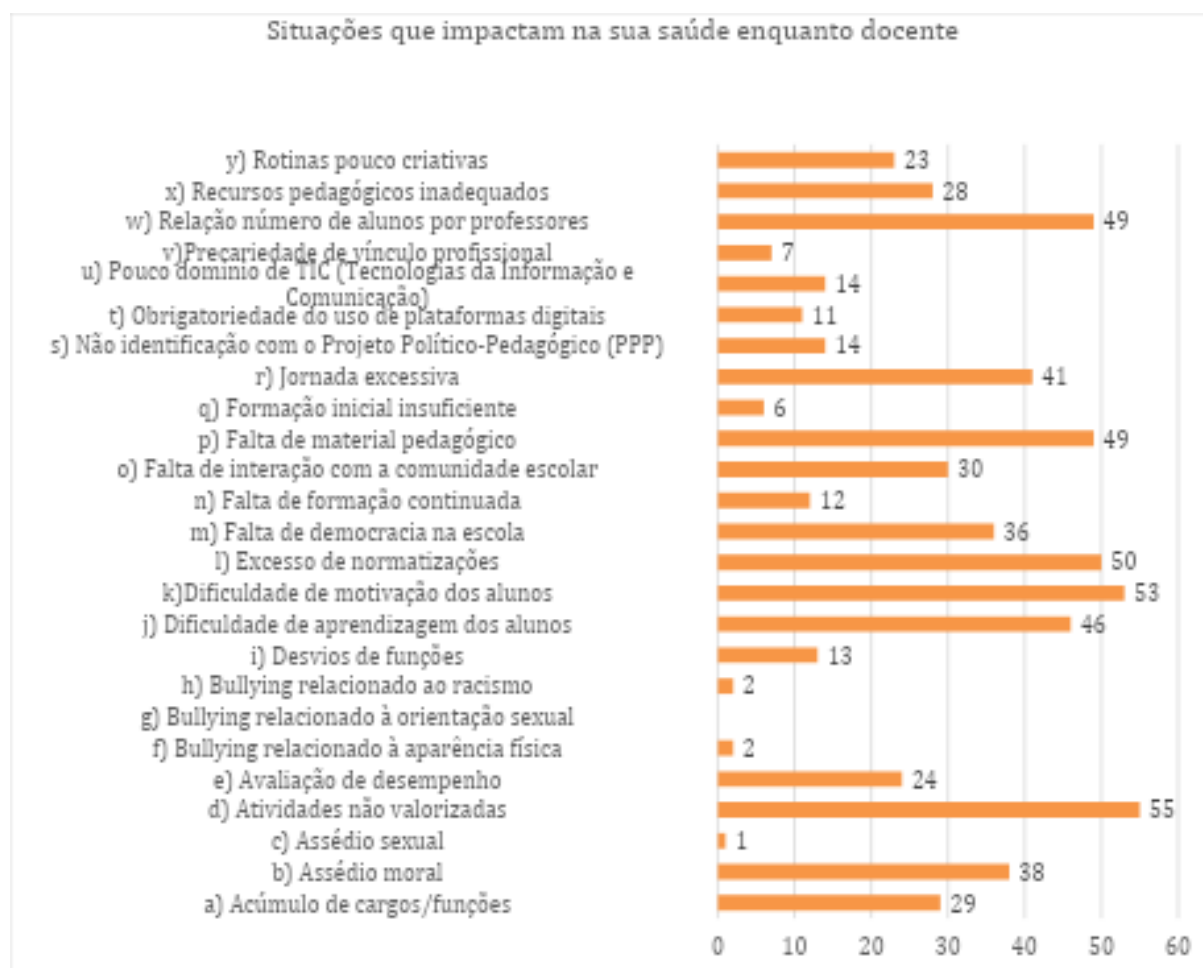
O Esgotamento Docente e a Acumulação de Exigências

O terceiro eixo de Esteve (1999) é o esgotamento docente, diretamente relacionado à acumulação de exigências e à intensificação do trabalho. Os dados de afastamento por saúde em Rio das Ostras atestam a gravidade desse esgotamento: 45 dos 71 respondentes já tiraram licença médica, sendo que nove profissionais se afastaram mais de cinco vezes, e 21 relataram

afastamentos que totalizam mais de 40 dias. Esses números sugerem que o adoecimento não é pontual, mas sim persistente e crônico, indicando uma sobrecarga prolongada incompatível com a saúde laboral.

O Gráfico da *Enquete Docente*, que mapeia as situações que, segundo os próprios docentes, impactam a sua saúde, revela as pressões subjetivas e objetivas que culminam nesse esgotamento:

Gráfico 3: Situações que impactam na sua saúde enquanto docente



Fonte: Enquete Docente. Elaborado pelo autor.

A situação mais apontada como aquela que impacta sua saúde é a desvalorização das atividades (77,5%). A percepção de que suas atividades não são valorizadas, relaciona-se diretamente ao sobretrabalho (planejamento, correção, elaboração de materiais levados para casa) evidenciam a ausência de reconhecimento institucional e social e intensifica o desgaste.

A dificuldade de motivar os alunos (74,6%) aparece como um elemento agravado pela crise de socialização e pela competição com os novos agentes virtuais (discutido nos fatores

contextuais), e gera frustração pedagógica e sensação de impotência no cerne da prática docente.

O Excesso de Normatizações (70,4%) (diários duplos, PEI, planos de ensino antecipados) descrito pelos docentes como burocracia é visto como entrave. Reforçado pela Falta de Material e Relação Aluno-Professor Inadequada (69%).

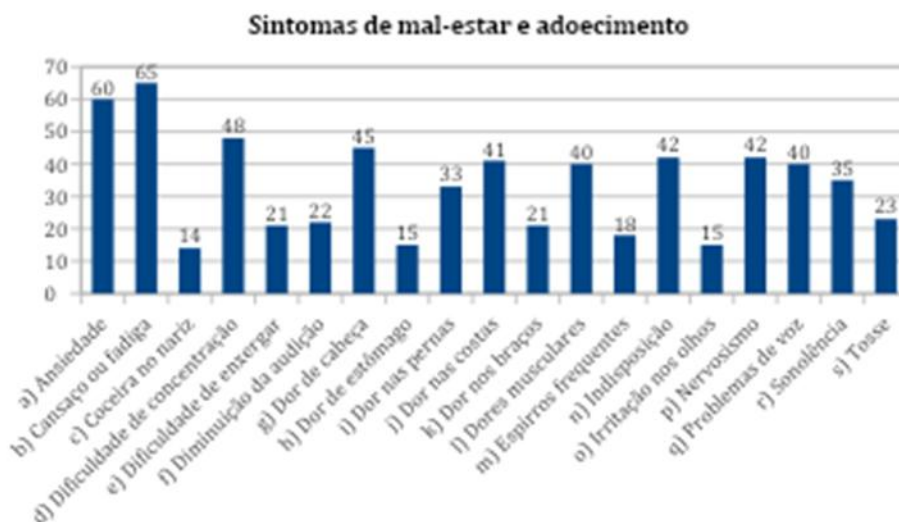
A pressão se completa com a jornada excessiva (57,8%) e a dificuldade de aprendizagem dos alunos (64,7%). Esta última é crucial, pois quando o fracasso escolar é lido como um déficit de desempenho individual, sem considerar as desigualdades estruturais, reforça-se a lógica neoliberal de responsabilização individual (Han, 2015), ampliando a culpa e o sofrimento psíquico do docente.

Por fim, o assédio moral, apontado por 53,5% dos respondentes, e a falta de democracia nas escolas (50,7%) emergem como a expressão mais aguda da gestão autoritária. O assédio, não é um desvio individual, mas um dispositivo de coerção que, ao desqualificar o trabalho e impor metas inatingíveis, desarticula a autonomia pedagógica e silencia a categoria.

Sintomas, Doenças e Dificuldades no Atendimento

O quadro de esgotamento e violência se materializa nos sintomas e nas doenças reportadas pelos docentes. A Enquete Docente revela um deslocamento do perfil de adoecimento, com a prevalência de quadros de saúde mental, conforme é possível observar no Gráfico Sintomas de mal-estar docente e adoecimento.

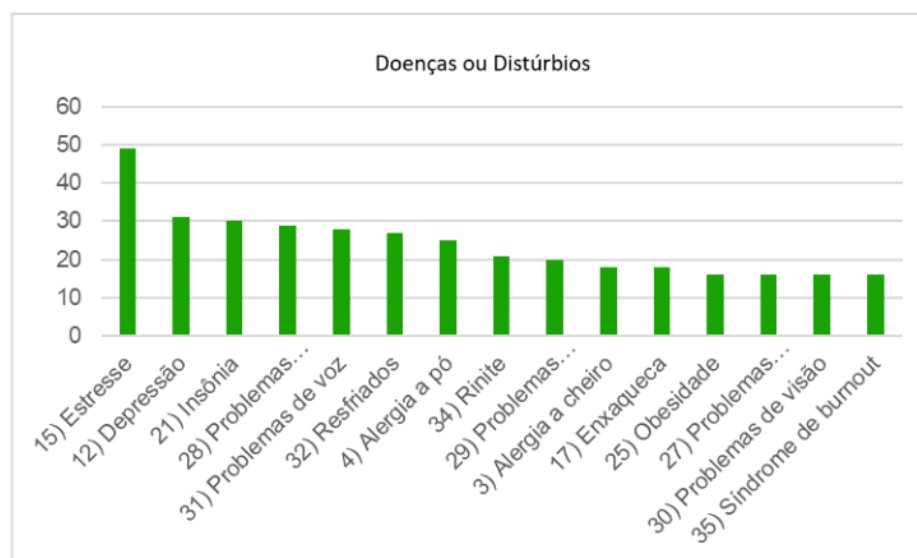
Gráfico 4. Sintomas de mal-estar docente e adoecimento



Fonte: Enquete Docente. Elaborado pelo autor.

Sintomas como cansaço/fadiga (91,5%), ansiedade (84,5%) e dificuldade de concentração (67,6%) são os mais recorrentes, evidenciando o desgaste subjetivo crescente. A elevada prevalência de manifestações psíquicas demonstra que este desgaste subjetivo e emocional tem sido um dos maiores problemas enfrentados por professores e professoras, o que não significa que problemas físicos não apareçam, mas hoje eles são muito menos recorrentes que os do âmbito psíquico.

Gráfico 5. Doenças ou Distúrbios



Fonte: Enquete Docente. Elaborado pelo autor.

Ao analisar as doenças e distúrbios que afetaram os respondentes, a prevalência do sofrimento psíquico é inegável: Estresse (49), Depressão (31), Insônia (30) e Problemas Psicológicos (29) figuram nas primeiras posições, superando problemas tradicionalmente associados à docência, como os problemas de voz (28 menções). O dado é ainda mais grave ao se considerar que 58% dos docentes afirmaram fazer ou já ter feito psicoterapia, e a maioria (36) faz uso contínuo de medicação por prescrição médica, evidenciando uma medicalização da vida laboral.

Essa busca por tratamento clínico e medicamentoso, embora legítima, aponta para uma resposta individualizada a um problema que é coletivo. A medicalização se institucionaliza como resposta ao sofrimento, desresponsabilizando o Estado pelas condições estruturais que o geram. As dificuldades no atendimento à saúde amplificam esse quadro, sendo a demora para

consulta ou atendimento (49 menções) o principal obstáculo, seguido pela escassez de profissionais credenciados (33) e o uso da perícia como instrumento para dificultar o acesso a licenças médicas (32). A perícia, ao invés de atuar como dispositivo de cuidado, funciona como mecanismo de suspeição e controle sobre o servidor adoecido.

No entanto, a individualização do sofrimento encontra um contraponto na consciência da necessidade de ação coletiva. A alta marcação da inexistência da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) (48 de 71) no Gráfico 2 - Condições do ambiente de trabalho como fator de mal-estar demonstra alguma consciência da categoria sobre a urgência de respostas coletivas que atuem na prevenção e não apenas no tratamento individualizado. Diante do quadro de adoecimento e desvalorização, a resistência e a organização coletiva emergem como a única via capaz de transformar as condições estruturais do trabalho docente.

Conclusão: Nem Segismundo, Nem Samsa: a Necessidade de um Roteiro Coletivo

O presente artigo buscou investigar as múltiplas determinações do mal-estar docente na rede municipal de Rio das Ostras, utilizando o quadro analítico de Esteve (1999) sob a lente do materialismo histórico-dialético. A análise dos fatores do mal-estar docente, sintetizada nos dados da Enquete Docente de Rio das Ostras, confirma que o drama da profissão transcendeu a crise de cenário descrita por Esteve (1999). Se o professor-ator, Segismundo, via o palco mudar ao seu redor sem saber se prosseguia com o monólogo, o professor contemporâneo enfrenta um sofrimento de natureza ainda mais profunda: a ameaça da metamorfose kafkiana. A crise não é apenas conjuntural; é estrutural, manifestando-se como a subsunção proto-real do trabalho docente (Miranda, 2017).

O esforço da classe dominante, articulado pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), busca reconfigurar o professor de agente reflexivo para mero executor, uma engrenagem que deve se autogerenciar sob a lógica do "sujeito de desempenho" (Han, 2015). Nessa racionalidade, a falha (o esgotamento, a depressão) é privatizada e lida como um fracasso moral do indivíduo, forçando-o a uma autoexploração incessante.

A radiografia da rede municipal, que revelou a precariedade infraestrutural, a violência laboral e a intensificação do trabalho, demonstra que o sofrimento é um produto social e um dispositivo de gestão. O quadro de adoecimento confirma a primazia do sofrimento psíquico. Sintomas como cansaço/fadiga, ansiedade e depressão figuram nas primeiras posições, superando as queixas físicas tradicionais. E a solução através da medicalização, embora necessária em muitos casos, revela que a solução encontrada tem sido a individualização.

No entanto, o drama kafkiano da desumanização encontra seu contraponto na resistência coletiva. Existe uma constatação de que o problema tem um caráter coletivo, evidenciada pela alta demanda pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e a consciência sobre a falta de democracia nas escolas, sinaliza o caminho para a superação. Diante das mudanças que são impostas à sua profissão e que tem gerado tanto mal-estar, o professor não deve ser passivo, mas compreender-se como um trabalhador coletivo, capaz de organizar-se e conduzir o processo de sua própria metamorfose.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, 2015.

BORGES, Kamilla Pereira. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

CAVALCANTI, Maria Teresa. A Fundação Lemann e a construção do sujeito neoliberal no Brasil (2002-2006). In: VIEIRA, Nívea Silva; LAMOSA, Rodrigo (org.). **Todos pela educação? Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. p. 79-96.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A frente liberal-ultraconservadora no Brasil - Reflexões sobre e para além do "movimento" Escola Sem Partido**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTEVE, José Manuel. **O Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 559-571, set./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000300010>. Acesso em: 9 set. 2024.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Curso de Pedagogia, organizações multilaterais e o superprofessor. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 28, n. 45, p. 185-198, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VhFYqNVGN5XnSYY5gfg7hmp/?lang=pt>. Acesso em: 9 jul. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 2.

GUARANY, Alzira M. B. O assédio moral e o mundo do trabalho na contemporaneidade. In: GUARANY, Alzira Mitz Bernardes (Org.). **Assédio moral: o que é e como enfrentar**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/10907/1/Aguarany.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LAMOSA, Rodrigo. Fundamentos históricos da atuação do partido do capital na defesa do direito à educação na América Latina. In: VIEIRA, Nívea Silva; LAMOSA, Rodrigo (org.). **Todos pela educação? Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. p. 7-17.

LIMA, Dessayeve Távora. A Loucura na Sociedade de Classes. In: COSTA, Pedro Henrique Antunes da (org.). **A Loucura e o Marxismo**. São Paulo: Lavrapalavra, 2023.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. MARX, Karl; ENGELS, Friecrich. **A Ideologia Alemã**. Editora Martin Claret, 2004.

MENDONÇA, Jonathan de Oliveira; LAMOSA, Rodrigo de Azevedo da Cruz; MELO, Felipe de Oliveira. Trabalho e saúde docente: um panorama da rede municipal de Rio das Ostras. In: ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de (org.). **Mosaico riostrense: economia, sociedade e cultura em Rio das Ostras e região - vol. 2**. Belém: Home, 2025.

MIRANDA, Kênia. **Lutas Por Educação No Brasil Recente: O Movimento Docente Da Educação Superior**. Niterói: Eduff, 2017.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 36, 22 set. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/josepho-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas>. Acesso em: 20 jul. 2024.

RIO DAS OSTRAS. **Lei Complementar nº 0066/2019, de 11 de dezembro de 2019. DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Rio das Ostras, RJ. Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/novo-estatuto-dos-servidores.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIO DAS OSTRAS. **Lei nº 1560/11: Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais de Educação Pública do Município de Rio das Ostras**. Rio das Ostras, RJ. Disponível em: <https://educacao.riodasostras.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Lei-1560-11-PCCV-Educacao-com-alteracoes-das-Leis-1.700-1725-1780-1787-2091-2098-Lei-Complementar-63-Leis-2237-e-2515-atualizada-em-2021.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR,

Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Org.). **Neoliberalismo como modo de gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 11-38.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SANTOS, Aparecida Tiradentes dos. **Neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. R, Ed. Ibis Libris, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

ZAFALÃO, João. **Do que adoecem os professores e as professoras?**. São Paulo: Usina Editorial, 2021.